



A Santa Sé

VIAGEM APOSTÓLICA DO PAPA JOÃO PAULO II À ÁUSTRIA

[10-13 DE SETEMBRO DE 1983]

**DISCURSO DO SANTO PADRE
AOS MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO
ACREDITADO JUNTO DO GOVERNO AUSTRÍACO**

Sede da Nunciatura Apostólica de Viena

11 de setembro de 1983

Excelências

Senhoras Senhores

1. É para mim uma alegria particular, após o meu encontro com os mais altos representantes do Estado austríaco, encontrar-me esta noite também com Vós diplomatas acreditados junto deste Governo. Agradeço-vos esta presença e a honra que prestais não só à minha pessoa mas também ao Chefe da Igreja Católica. Juntamente com o anfitrião da Nunciatura Apostólica, a qual tem sido por alguns dias também a minha residência, apresento a todos as minhas mais cordiais boas vindas. Um encontro com os membros do Corpo Diplomático tornou-se regra constante de quase todas as minhas viagens pastorais. Com isto desejo exprimir a grande estima que a Santa Sé demonstra pelo vosso empenho e pelo entendimento e a colaboração harmónica entre os povos. Viena convida de modo particular a isto. É precisamente Viena o lugar em que a posição e os deveres das representações diplomáticas foram pela primeira vez estabelecidos e formulados mediante acordos internacionais. Isto ocorreu, como se sabe, com o Tratado de Viena de 1815 e a Convenção sobre as relações diplomáticas de Abril de 1961.

2. As representações diplomáticas são um instrumento importante da diplomacia moderna. Elas não se limitam apenas a tutelar os interesses bilaterais entre cada um dos Estados, mas estendem a sua acção também às necessidades e exigências fundamentais da comunidade internacional dos povos: a manutenção ou o restabelecimento da paz, a promoção de uma

frutuosa colaboração entre os governos e ainda a criação de relações humanas, razoáveis e duradouras entre os povos mediante acordos comuns e leis.

Com razão a diplomacia é definida a "arte da paz". Reconhecemos, ao mesmo tempo, a imensa actualidade e responsabilidade que comporta a vossa missão de diplomatas nos dias de hoje. O clamor de paz que se levanta cada vez mais alto nos corações dos homens e em muitos lugares da terra, nas ruas e nas praças, parece confirmar os pressentimentos daqueles que, considerando a actual situação mundial, falam já de uma passagem de uma fase pós-guerra a uma nova fase de pré-guerra. Por isso temos necessidade hoje, talvez ainda mais urgentemente que no passado, dos corajosos e contínuos esforços de uma hábil diplomacia que se aplique com paciência e constância a opor à voz da violência a da razão, a aliviar as tensões existentes e a reservar sempre um espaço ao diálogo, a fim de que o clamor de paz do homem não seja um dia sufocado pelo fragor das armas.

É necessária sobretudo uma diplomacia sincera e leal, que renuncie a astúcias enganadoras, falsidade e intrigas, que respeite os interesses e as exigências das partes e prepare, mediante uma leal disposição à negociação, a via para uma pacífica solução de conflitos bilaterais e internacionais. A deslealdade cria desconfiança precisamente lá onde uma confiança é de todo indispensável e por si só pode ser o fundamento de veras portador de um acordo duradouro. Todos os que desejam a paz encorajam-vos — a, vós que, como diplomatas, deveis ser os edificadores da paz — a não perder a confiança perante as grandes dificuldades, mas antes a intensificar com prudência e tenácia o vosso empenho pela justa causa da paz. Embora em definitiva as decisões determinantes venham a ser tomadas na sede política, vós, como diplomatas, pela vossa particular posição e conhecimento da situação, tendes a possibilidade de influir de maneira positiva nas decisões dos vossos governos.

3. Como eu já sublinhara no [meu discurso às Nações Unidas](#) — Excelentíssimos Senhoras e Senhores — "A razão de ser de toda a política consiste em estar ao serviço do homem, no incansável e responsável cuidado dos problemas e interesses fundamentais da sua existência sobre a terra, na sua dimensão e alcance social, da qual ao mesmo tempo depende também o bem de cada uma das pessoas" ([Discurso de 2 de Outubro de 1979](#)). Neste estar ao serviço do homem, as difíceis atribuições do político e do diplomata confrontam-se com a particular missão de salvação da Igreja, que se dirige para o bem do homem no seu todo e da humanidade inteira. A Igreja compartilha a preocupação dos responsáveis dos Estados e das sociedades, especialmente lá onde se trata de conservar e promover bens tão importantes como a paz, a justiça, a dignidade humana, os direitos humanos, a reconciliação e a colaboração entre os povos. Não por ambição política, mas por causa do homem e em virtude da própria missão, a Igreja empenha-se a oferecer a este objectivo o seu apoio moral e toda a possível ajuda concreta, servindo-se também de meios e das vias de uma diplomacia digna de confiança, que é um óptimo instrumento de paz.

Como se sabe, a Santa Sé tem representações diplomáticas em diversos Estados, muitos dos quais estão aqui representados. O acordo de Viena, mencionado no início, reconhece também de maneira oficial, aos representantes pontifícios a possibilidade de uma certa prioridade entre os diplomatas — costume que já no passado era previsto pelo direito internacional. Isto não é tanto um reconhecimento da pessoa do representante pontifício, quanto uma demonstração de respeito por aqueles valores espirituais e morais que a Igreja representa na comunidade internacional dos povos, cuja prioridade foi, em sentido teórico, com isto reconhecida como fundamental pelos Estados signatários.

4. De acordo com a missão da Igreja, também a diplomacia da Santa Sé é fundamentalmente de natureza religiosa e espiritual, e por isso ela é capaz de dar no jogo das forças internacional das Nações um próprio contributo específico para a realização dos objectivos prefixados. Se hoje diplomacia e política devem corresponder às expectativas nelas depositadas, os fundamentais valores espirituais e éticos devem ser inseridos nos objectivos dos povos e respeitados na sua realização. História e experiência ensinam quanto se tornam vãos os esforços internacionais pela paz ou os empenhos pela justiça e o progresso social, quando são combatidos apenas os sintomas dos males existentes e não contemporaneamente também as causas, que são comportamentos e atitudes errados.

O Concílio Vaticano II reafirmou a propósito disto na sua Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje: "Os chefes de Estado, fiadores que são do bem comum da própria nação e igualmente promotores do bem comum mundial, dependem muitíssimo da opinião e da mentalidade das multidões. Nada lhes aproveita insistir na construção da paz, enquanto sentimentos de hostilidade, desprezo ou desconfiança, ódios raciais e ideologias obstinadas dividem os homens em campos opostos. Daí a máxima urgência da reeducação da mentalidade e da nova inspiração da opinião pública" (Gaudium et spes, 82). Para combater com eficácia os males existentes e os perigos iminentes na vida privada e pública, é necessário mudar o próprio homem, renová-lo moralmente e dar-lhe força. Por esta tarefa fundamental Estado e Igreja devem trabalhar juntos. É evidente o importante contributo que a Igreja e os cristãos podem dar.

Excelentíssimos Senhoras e Senhores! Como diplomatas, na vossa difícil missão cheia de responsabilidade para a causa da paz e da justiça, para a colaboração internacional e o progresso geral dos povos, estai sempre conscientes da ajuda solidária da Igreja e da Santa Sé. Os altos valores, pelos quais vos empenhais na nobre arte da paz em favor da comunidade internacional, sejam também os vossos pessoais, das vossas famílias e do povo que aqui representais. Isto vos auguro e vos peço de todo o coração.
